

LARSEN, Stein Ugelvik. *Fascism outside Europe*. The European impulse against domestic conditions in the difusion of global fascism. New York: Columbia University Press, 2002. 856 p.

João Fábio Bertonha¹

O norueguês Stein Larsen é um conhecido estudioso do tema do fascismo global. Entre seus vários trabalhos, destaca-se a coletânea *Who were the fascists? Social roots of European fascism* (Oslo, 1980), a qual se constitui num livro clássico a respeito das bases sociais do fascismo europeu, da teoria do fascismo e do estudo comparativo entre os vários movimentos e regimes fascistas da Europa.

No presente trabalho, Larsen mantém a sua predileção por grandes coletâneas com colaborações de autores dos mais diferentes países e continua a se dedicar à história comparativa com vistas à elaboração de uma teoria geral do fascismo. No entanto, ele ampliou sobremaneira, com relação ao seu trabalho anterior, de vinte anos atrás, o enfoque da comparação e também o tipo de perguntas a que ele pretende responder.

Como o próprio título indica, seu grande problema é definir se houve fascismo fora da Europa e se, no caso afirmativo, este fascismo foi simplesmente uma cópia dos originais europeus (derivada do esforço dos regimes fascistas e semifascistas em difundir sua ideologia além-fronteiras) ou algo com raízes mais profundas, nas realidades nacionais dos países envolvidos. Posto isso, ele pretende, a partir da análise das experiências extra-européias, renovar e ampliar as discussões sobre a definição de fascismo e as condições para o seu surgimento, tradicionalmente restritas aos países europeus.

A organização do livro reflete mais do que claramente essas preocupações. Na primeira parte, vários autores apresentam um quadro geral da produção da História e da Ciência Política sobre a teoria do fascismo (incluindo análises sobre Payne, Mosse, De Felice, Nolte e tantos outros) e destacam a necessidade de alargar o campo analítico para além dos dois regimes claramente fascistas (Itália e Alemanha) e também para além da experiência européia.

Posto isso, abre-se uma segunda parte, onde se discute o impulso europeu para difundir o fascismo para além da Europa. Quatro capítulos

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

analisam os *fasci all'estero* italianos, o *NDSAP-Auslandorganisation* alemão, a *Falange Exterior* espanhola e o *Secretariado de Propaganda Nacional* português, todos instrumentos de regimes fascistas ou semifascistas para atingir seus emigrantes instalados além-Europa e, no caso de alemães e italianos, difundir a ideologia fascista no exterior. A pergunta que perpassa os textos é se estes instrumentos, por si sós, teriam tido forças para difundir o fascismo no exterior sem que condições locais estivessem envolvidas, e a resposta é não.

Segue-se mais de uma dezena de capítulos, onde se procura analisar, nas mais diferentes áreas geográficas, o impacto das idéias fascistas no mundo e as razões locais que levaram o fascismo a ter algum desenvolvimento em certas regiões e ser praticamente inexistente em outras.

Nesse sentido, os capítulos sobre o Japão e a China esclarecem que houve pouco desenvolvimento de grupos fascistas nessas regiões, mas detectam influência de certa magnitude do nazismo no sistema imperial japonês dos anos 1930, por exemplo. O mesmo poderia ser dito da Turquia, de outros movimentos nacionalistas do mundo árabe e dos movimentos de direita sul-africanos no mesmo período. Há também textos abordando o fracasso fascista nos países anglo-saxões, como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, e as razões desse fracasso. Quanto à América Latina, há capítulos sobre o México, o Chile, a Argentina (onde é analisado o regime peronista) e o Brasil, onde um artigo de Héglio Trindade trabalha com o tópico do caráter fascista do Integralismo e do *Estado Novo* varguista.

Por fim, um capítulo final, de Stein Larsen, com mais de cem páginas, faz um resumo geral do apresentado no livro e busca elaborar uma definição global de fascismo, não mais restrita aos casos europeus, na tentativa de criar uma relação entre a teoria da modernização e a difusão do fascismo no mundo. Graus de modernização e de liberalismo são, então, combinados para criar um sistema teórico capaz de esclarecer como e por que o fascismo foi bem-sucedido em algumas regiões e em outras não.

Para Larsen, sociedades atrasadas e pouco liberais, como a China, não ofereceriam perspectivas para o fascismo. Outras, já liberalizadas politicamente, mas pouco modernas, como a Itália ou a Espanha, seriam prato cheio para o fascismo. Já as altamente modernizadas e liberalizadas seriam quase imunes, como os países anglo-saxões, enquanto as pouco liberalizadas e bastante modernizadas teriam amplas perspectivas para o

desenvolvimento do fascismo. Nesse último caso, estariam, por exemplo, a Alemanha e o Brasil.

Tenho dúvidas sobre se tal modelo serve para todos os casos reais que podemos encontrar ao redor do mundo. Além disso, é óbvio que fatores outros, como heranças culturais, conjunturas políticas específicas, etc. também devem ser elencados para explicar o surgimento ou não do fascismo. Não me parece, por exemplo, que a Tanzânia não tenha desenvolvido um fascismo nos anos 1930 apenas porque era atrasada e pouco liberal, mas também porque era uma sociedade colonizada e para a qual os valores e debates políticos ocidentais do período pouco significavam. Ainda assim, acredito que não é papel de um modelo ser perfeito e incluir todas as variáveis possíveis, mas apenas o de indicar padrões e traços de semelhança/diferença e, nesse sentido, o modelo de Larsen é bastante útil e deve ser levado em conta pelos estudiosos do fascismo.

Em linhas gerais, apesar do valor desigual dos artigos, o conjunto da obra é de grande importância também em outros aspectos. Sua abordagem dos dois canais pelos quais o fascismo poderia ter se espalhado pelo mundo (impulso de cópia do original europeu determinado pela propaganda fascista e efeito do modelo fascista europeu sobre sociedades que poderiam ver algum sentido nele) e sua ênfase no segundo é bastante razoável e ajuda realmente a explicar os diferentes graus de sucesso fascista em cada contexto nacional. Nos termos de Larsen, onde ele foi apenas uma cópia do original europeu, não havia como ele se desenvolver; já onde o fascismo europeu serviu como modelo para sociedades onde as propostas fascistas tinham algum significado, houve um espaço maior para o seu crescimento e divulgação. Uma posição lógica e quase óbvia, mas que enriquece bastante os estudos dos fascismos nacionais.

Além disso, sua perspectiva de que o universo fascista é algo muito mais amplo do que os regimes fascistas e a Europa do entreguerras é refrescante e ajuda a renovar as teorias do fascismo que tendiam a estudar apenas os países europeus e, no limite, apenas os regimes fascistas “puros”, como os da Itália e da Alemanha.

Realmente, a expansão no tempo (examinando, por exemplo, as redes atuais de neonazistas), no espaço (saindo da Europa e indo para o mundo) e na perspectiva (incluindo nas análises do fascismo, por exemplo, os elementos fascistas presentes em ditaduras conservadoras como as de Salazar em Portugal, Smigly Rydz na Polônia ou Mataxas na Grécia), apesar de alguns exageros (como voltar a considerar o Japão

imperial e a Argentina peronista como fascistas) é um posicionamento que traz grandes frutos e permite, inclusive, fazer certas conexões que uma visão mais restritiva não traria.

Nesse sentido, aliás, as informações sobre como vários dos líderes árabes do pós-Segunda Guerra Mundial, como Sadat, militaram em grupos de jovens revolucionários dos anos 1930 que tiveram ao menos alguma influência fascista e sobre o caráter quase que fascista de uma parte do movimento sionista israelense da mesma década (sem serem anti-semitas, evidentemente) são reveladoras e podem nos trazer luzes inesperadas sobre a formação dos Estados árabes atuais e sobre a direita não religiosa do Estado de Israel hoje.

Outro ganho que a leitura do livro de Larsen nos traz é quebrar um pouco a tendência dos historiadores em pensar apenas no próprio umbigo e verificar como várias problemáticas que parecem exclusivas de uma dada realidade nacional na verdade são gerais, o que simplifica certos problemas e cria outros.

Para um historiador como eu, por exemplo, que tenho dedicado boa parte da vida a estudar as redes de propaganda montadas pelo fascismo italiano para atingir os imigrantes italianos e os movimentos fascistas do exterior, é esclarecedor verificar como o nazismo, o franquismo e o salazarismo, em diferentes gradações, faziam o mesmo, e que as redes internacionais desses movimentos se intercruzavam, competiam, colaboravam e apresentavam características semelhantes em muitos aspectos. Aliás, cabe aqui a sugestão de que algum pesquisador estude o *Departamento Nacional de Núcleos do Exterior*, órgão da Ação Integralista Brasileira voltado aos núcleos fora do Brasil, para verificar semelhanças e diferenças em relação aos congêneres europeus.

Ainda sobre o Integralismo, o velho debate sobre as suas origens no fascismo internacional ou nas raízes intelectuais brasileiras adquire uma conotação diferente quando verificamos que ele também está presente na África do Sul, na Argentina, no Chile e em outros locais, e que as tensões nacionalismo/solidariedade ideológica e modelo externo/fontes internas são mais comuns do que se pensa, não sendo nem de longe uma especificidade brasileira.

Do mesmo modo, torna-se mais fácil, por exemplo, imaginar como seria um Estado integralista que tivesse chegado ao poder no Brasil nos anos 1930, com o apoio de outras forças tradicionais (uma ditadura conservadora, mas permeada de influências fascistas como o corporativismo, a mobilização popular, a organização da juventude, etc.) e como ele teria evoluído nos anos 1940 e 1950 (se livrando dessas

mesmas influências e refluindo para o conservadorismo de direita) se tivesse permanecido no poder quando fazemos comparações com a evolução ideológica dos regimes franquista e salazarista. A fascinação de Plínio Salgado no pós-Segunda Guerra Mundial pela Espanha e por Portugal, aliás, confirma que esses países eram o seu ideal de sociedade naquele momento. A comparação, assim, gera perguntas e idéias que podem, depois, ser confirmadas ou não pelos documentos e pela pesquisa empírica.

Em resumo, o livro organizado por Larsen indica como a geração de conceitos e definições a partir da realidade empírica (e não da teoria para a prática) é a única prática possível no ofício do historiador, e que a história comparativa tem uma grande contribuição a dar aos praticantes desse ofício, indicando perspectivas e problemas e quase que obrigando o historiador a olhar para a floresta e esquecer um pouco as árvores isoladas, o que é uma perspectiva altamente recomendável.